

Oficinas pedagógicas no Estágio Curricular da licenciatura em Educação do campo – Ciências da Natureza

Aline Guterres Ferreira¹

Vanessa Candito²

Sandra Mara Mezalira³

Cristine Roman Cardoso de Araújo Silva⁴

Cristina Schuch de Oliveira⁵

José Vicente Lima Robaina⁶

Resumo: Objetiva-se relatar uma experiência de estágio curricular, realizada em uma Escola do campo, que foi desenvolvido por meio de observação escolar e horas de prática docente. Participaram estudantes oriundos de áreas rural dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre e Litoral do RS. O estágio curricular foi composto por 10 horas de Observação Escolar e 30 horas de Oficinas Pedagógicas denominadas de "Oficina de Ervas Medicinais, Aromáticas e Condimentares - Resgate e Preservação através dos Conhecimentos Tradicionais". Práticas baseadas nas ferramentas utilizadas nas metodologias participativas da Extensão Rural juntamente as estratégias tradicionais de ensino aprendizagens das licenciaturas, também foram acrescentadas nas oficinas. Os resultados observados evidenciaram que

1 Educadora do Campo e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). alinegufe@gmail.com

2 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS. vanecandito@gmail.com

3 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS. sandmezal@gmail.com

4 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS. cristine@mecinformatica.inf.br

5 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS. professoracristinaschuch@gmail.com

6 Docente do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências da UFRGS. josero-baina1326@gmail.com

as oficinas pedagógicas constituem-se como uma estratégia que possibilitou a integração e construção do processo ensino-aprendizagem. E que todo processo do estágio contribuiu para o favorecimento da educação do campo, através das práticas realizadas com aproximação do currículo, e a identidade local.

Palavras chave: Educação do Campo, Oficinas Pedagógicas, Ciências da Natureza.

Introdução

A partir da recente abertura democrática do Brasil os movimentos sociais populares do campo retomam a discussão por uma educação contextualizada, que reconhecesse a realidade dos seus filhos/estudantes, que respeitasse sua cultura e que valorizasse suas tradições, pois, anteriormente a isso, segundo Henriques et al., (2007), a educação para populações agrícol- as havia apenas sido mencionada para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social.

Após anos de reivindicações e mobilizações populares dos movimen- tos sociais do campo, a Educação do Campo tornou-se parte da legislação brasileira e amparada por Leis e Diretrizes. No ano de 2002 foi aprovada a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a serem obser- vadas nas propostas das instituições que integram os diversos sistemas de ensino. A partir de 2004, o Ministério da Educação propõe a construção de uma Política Nacional de Educação do Campo, a partir do diálogo com as demais esferas da gestão do Estado e com os movimentos e organizações sociais do campo brasileiro. Os eixos orientadores dessa política em cons- trução seriam: a diversidade étnico-cultural como valor; o reconhecimento do direito à diferença e a promoção da cidadania (BRASIL, 2005).

Porém alguns problemas persistiam, como a transferência de materiais didáticos e práticas pedagógicas descontextualizadas para as escolas do campo (produzidos no meio urbano e para os modos de vida urbanizantes), e a defasagem na formação dos educadores e concepções científicas colo- niais. Fernandes (2012) destaca que o significado do termo campo como território denota compreendê-lo como espaço de vida, com função multi- dimensional relacionada à educação, à cultura, ao trabalho, ao mercado e às relações sociais voltadas à organização da sua existência e não apenas como espaço de produção de produtos. Diferente daquela concepção que os livros didáticos carregam e seus usuários propagam nas escolas urbanas.

Esta educação do campo não está restrita a uma determinada popula- ção, mas sim é desenvolvido com todos os povos presente no meio rural, como camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, assen- tados, trabalhadores assalariados e tantos outros que pelem pela sua identidade e dignidade cultural, humana, social, política e ambiental. Como cita Fernandes (2012, p. 744), "É o lugar ou os lugares aonde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência.". Povos que

possuem pluralidade étnica, geográfica, organizativa, religiosa, entre outras diversidades que se constroem as características locais e ambientais.

Nesta “nova” compreensão de escola do campo deve-se possibilitar aos educandos participar de seu desenvolvimento com acesso a decisões sobre a construção do bem viver comum.

Conjugado a essa concepção de Educação do Campo, oriunda dos movimentos sociais, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, propõe a abertura do seu curso. O curso segue a orientação de formatação por meio da perspectiva da interdisciplinaridade, podendo gerar novos campos de conhecimento, ou procedimentos inovadores para responder a novas necessidades sociais; componentes curriculares interdisciplinares com ênfase de modo que os estudantes possam vivenciar na prática de sua formação; e currículo por alternância, de modo a permitir o necessário diálogo entre saberes técnico-tecnológicos e saberes das tradições culturais oriundos das experiências de vida no campo (PPCLedoC, p. 08 - 09).

O curso de Licenciatura em Educação do Campo é desenvolvido por Alternância, onde seus estudantes transcorrem entre períodos de tempo e espaço diferentes, o Tempo Universidade (TU) desenvolvido na Faculdade de Educação e Agronomia, e o Tempo Comunidade (TC) desenvolvido nas Escolas do Campo, onde trabalhamos com projetos com os estudantes, professores e a comunidade em que a escola está inserida. Outro diferencial do curso é o estágio curricular dividido em dois espaços: escolar (nas escolas do campo) e não escolar (espaços outros de aprendizagens na comunidade onde a escola está inserida) e preferencialmente que o projeto de estágio tenha relação com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos licenciandos.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo (PPCLedoC), o curso propõe-se atender a uma nova demanda, as populações do campo, que historicamente lutam por uma educação diferenciada de qualidade, que respeite as especificidades da vida neste contexto. (p. 04). Neste sentido, o curso traz um novo modelo de formação docente alicerçado na interdisciplinaridade. Outro diferencial do curso é a formação por área de conhecimento, as ciências da natureza, associada a uma proposta de Alternância. (PPCLedoC, 2013).

Este estudo tem por objetivo, relatar uma experiência de estágio curricular, realizado no primeiro semestre de 2019, a luz da disciplina Construção do Conhecimento no Desenvolvimento Rural, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, cursada em 2019/02.

Metodologias

Está experiência de estágio curricular, foi realizada em uma escola no campo, da cidade de Viamão, e foi desenvolvido por meio de observação escolar e horas de prática docente (que puderam ser denominadas de oficinas pedagógicas), fundamentado em um projeto aprovado pelos professores orientadores do curso da UFRGS e pelos Supervisores de Estágios, professores da escola acolhida. O projeto de estágio foi integrado com TCC e o estágio em espaço não escolar.

Neste estágio tivemos a oportunidade de praticar à docência compartilhada com colegas da turma, e ao meu lado estava uma egressa da escola da Escola Estadual Técnica em Agricultura Leonel Brizola (ETA), onde faríamos nosso último estágio. O que nos permitiu um acolhimento maior por parte da escola.

O estágio foi composto por dez horas de Observação Escolar, onde acompanhamos as turmas de regência dos Supervisores e conhecemos os demais espaços de aprendizagens disponível na escola, tais como: Laboratórios de Ciências, Bibliotecas, Hortas, Pomares, Horto Medicinal, Floricultura, Unidades de Produção em Avicultura, Suinocultura, Ovinocultura, Bovinocultura de Leite e Corte e o Centro de Tradições Gaúchas da escola, entre outros.

Às 30 horas de prática docente, foram acompanhadas pelos supervisores, foram apresentadas como proposta de estágio um conjunto de ações pedagógicas que denominamos de “Oficina de Ervas Medicinais, Aromáticas e Condimentares - Resgate e Preservação através dos Conhecimentos Tradicionais”. Adicionamos práticas baseadas nas ferramentas utilizadas nas metodologias participativas da Extensão Rural juntamente as estratégias tradicionais de ensino aprendizagens das licenciaturas, devida a nossa formação anterior nas ciências agrárias.

As oficinas foram desenvolvidas em duas turmas do segundo ano e uma do primeiro, atendendo um total de 43 estudantes participantes (10 mulheres e 33 homens, com idades de 15 a 17 anos) oriundos de áreas rurais dos municípios de Viamão (Assentamentos, Águas Claras, Valença, Santa Isabel, Pimenta e Parada 42), Porto Alegre (Lami), Guaíba (Pedras Brancas), Mostardas, Gravataí e Imbé, entre outros.

Os momentos iniciais transcorreram no reconhecimento das turmas, por uma apresentação simples, da realidade dos educandos, e também das suas comunidades de origem e histórias familiares, relacionadas à temática escolhida para as Oficinas. Após foi proposto uma mística de acolhimento, onde mantivemos a sala em meia luz, com músicas significativas a educação

do campo, todos os participantes em roda e com olhos fechados para uma reflexão conduzida com aromas, toques e massagens, o que causava uma mistura de estranhamento e alegrias.

A verificação dos conhecimentos prévios dos educandos das temáticas propostas se deu pelo uso da metodologia “Chuva de ideias” e após foi organizada as concepções desses com os respectivos conceitos e esclarecimento de dúvidas. Segundo (RUAS, 2006) essa técnica é aplicada na fase inicial do processo de discussão, orientada por uma pergunta chave, e se obtém informações de forma rápida, acerca de um tema em questão, e incentiva a livre manifestação de ideias e a criatividade do grupo, facilitando a processo de reflexão.

Após, foram projetados os demais conteúdos em aula dialogada, com os educandos e professores supervisores, trazendo o vídeo institucional do Programa de Ervas Medicinais e Fitoterápica na Saúde Básica, para demonstrar a importância legal dessa temática, e ainda, um questionário sobre a identificação e utilização dessas plantas no próprio cotidiano dos educandos.

As Oficinas com as Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares (PMAC), foram ministradas no Laboratório de Ciências da Escola, onde já tínhamos anteriormente organizado todas as vidrarias e utensílios necessários para a fabricação dos produtos, deixando apenas os insumos naturais para colher no Horto Medicinal, na Horta Escolar e no espaço da Floricultura da Escola. E assim conduzíamos os educandos por esses espaços em “Caminhada Orientada” para o diagnóstico das características e potencialidades da produção agrícola escolar. Segundo Ruas.

A “caminhada orientada”, segundo RUAS (2006), é uma técnica que consiste em percorrer um determinado trecho, de uma comunidade rural, de uma propriedade, ou um assentamento, onde se busca identificar e discutir as percepções das características espaciais e do agroecossistema, as formas de ocupação da terra e o modo de vida das pessoas. Visa estimular as pessoas a adotar uma postura investigativa, por meio da reflexão, do diálogo, da criatividade, e a encontrar alternativas de ação para os problemas e as potencialidades que vão sendo identificados.

As oficinas com as PMAC tiveram objetivo de estimular o diálogo sobre a temática, relacionar com os conteúdos programáticos das disciplinas dos supervisores e demais, e ainda resgatar os conhecimentos e as práticas familiares sobre o assunto, aprendendo-fazendo. As autoras Vieira e Volquind (2002, p. 12), definem que as oficinas pedagógicas foram pensadas e elaboradas sobre a perspectiva de uma realidade caracterizada por

três aspectos constituindo um ciclo flexível do pensar, do sentir e do agir, onde o equilíbrio entre estas três instâncias promoverá a relação teoria e prática na sala de aula, onde as questões científicas e metodológicas são estudadas na prática.

Análises

O processo de construção das Oficinas assumiu sentido no momento da Observação Escolar, onde conversamos mais profundamente com os Supervisores de Estágio, com os educandos que iríamos trabalhar e conhecemos *in loco* os lugares disponíveis na escola para as práticas. E também pudemos perceber os olhares, os questionamentos e as curiosidades dos educandos conosco e com a temática. As sugestões que partiram deles, foram importantes para a construção do projeto, como destaca Chambers e Guijt.

O primeiro encontro participativo entre um organismo facilitador externo e uma comunidade deve ser considerado como o início e não como o fim numa jornada longa e complexa, mas de mútuos benefícios, como a análise conjunta, a consciência autocrítica, o fortalecimento da capacidade e a mobilização de recursos. (CHAMBRERS E GUIJT, 1995, p. 10).

A escolha por realizar Oficinas Pedagógicas emergiu da nossa compreensão do “aprender-fazendo”, permitindo aos educandos expressar seus conhecimentos e compartilhar com seus colegas suas ideias e conhecer suas opiniões. A autora Jean Lave já dissertava sobre isso.

Teoricamente central na teoria da prática social é a ideia de que toda atividade (o que seguramente inclui a aprendizagem) é situada nas – feita de, é parte das – relações entre pessoas, contextos e práticas. Isso nos levou às noções de que a aprendizagem é situada em complexas comunidades de práticas (culturais e mutantes, como parte do processo histórico que constitui a vida social). As coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural. (LAVE, 2015, p. 40).

Segundo Paviani e Fontana (2009, p. 78) “uma oficina pedagógica é, pois, uma oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas,

baseada no tripé: sentir-pensar-agir, com objetivos pedagógicos”. E também, oportunizar aos educandos experimentar as diferentes formas de tratamento com as Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares, numa perspectiva coletiva, com objetivo de autonomia e resgate de conhecimento.

Durante as oficinas pedagógicas, foi possível oferecer aos educandos as ferramentas necessárias para a construção dos produtos. Colhemos junto a eles os insumos naturais na escola e realizamos uma reflexão das potencialidades que esses produtos possuíam frente às problematizações que debatemos anteriormente, tais como a promoção da alimentação saudável, com a fabricação do “Sal Temperado Sete Ervas”, o uso de Tinturas Mães e os benefícios da Aroma-terapia no estado de ansiedade e estresse.

O uso de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares é secular, e como relatados pelos educandos, faz parte do cotidiano. Está presente nas suas rotinas alimentares ou quando estão com alguma moléstia, mas sempre recorriam às sabedorias dos mais antigos para o tratamento. As respostas do questionário permitiram que identificássemos as principais plantas que os educandos utilizavam, e ainda os diferentes processamentos para as mais diversas moléstias. Dados esses que serão utilizados em futuras oficinas para torná-las mais fidedignas a realidade dos educandos.

Foram descritas 62 espécies de plantas medicinais diferentes, 21 plantas condimentares e 05 plantas aromáticas, demonstrando assim a diversidade cultural e territorial dos educandos. Algumas espécies, como Alecrim, Babosa e Gengibre foram classificadas em mais de uma categoria, devido as suas múltiplas características e formas de processamento.

No que se refere às plantas medicinais, Camomila, Marcela e Boldo foram referenciadas por 58% dos educandos e indicadas para calmantes, indigestão e ressaca, respectivamente, sendo processadas de formas distintas, e por vezes diferentes da recomendação científica para ervas amargas.

As plantas condimentares trazem o conjunto chamado popularmente de “Cheiro Verde” como destaque e ainda a conhecida “Salmora” para o churrasco como forma de processamento, demonstrando assim o uso histórico dessas plantas nunca antes percebido pelos educandos.

Para contextualizar as plantas aromáticas, trouxemos um resgate histórico sobre a prática milenar da Aromaterapia, que datam do início das primeiras civilizações, da era vitoriana nos jardins dos castelos e dos rituais indígenas e cerimônias religiosas das populações originárias. Assim os educandos identificaram o uso de repelentes naturais com citronela e cravos da Índia, tanto para os seres humanos quanto na profilaxia dos animais de produção.

Após análise das respostas dos educandos identificamos uma nova categoria do uso das plantas, a Cosmética, com o uso da Babosa na hidratação dos cabelos e limpeza da acne da pele e o chá de Hibisco e Malva para o emagrecimento.

Com as Oficinas, os educandos puderam compartilhar desses conhecimentos e aprender a produzir determinados produtos, socializando seus saberes e aprendendo com os colegas. Lave, desenvolve essa perspectiva.

Assim, a cultura produz aprendizagem, mas aprender também produz cultura. Aprender na prática envolve aprender a fazer o que você já sabe e fazer o que você não sabe, iterativamente, ambos ao mesmo tempo. Tais relações, múltiplas e contraditórias, são todas, juntas e ao mesmo tempo, “a relação” em questão – chamem isso de “aprender na/como prática”. (LAVE, 2015, p. 41).

A utilização das metodologias participativas da Extensão Rural foi fundamental, pois permitiu um maior intercâmbio de conhecimentos entre os educandos e com os educadores, pois são processos metodológicos fundamentados nos princípios da participação, da dialogicidade e da troca de saberes. Como diz Ruas (2006). Chambers e Guijt (1995) também contribuem para essa análise quando afirma que “o DRP (diagnóstico rural participativo) pode ser descrito como um conjunto crescente de enfoques e métodos para permitir que a população local partilhe, aperfeiçoe e analise seus conhecimentos sobre sua vida e condições com o fim de planejar e agir.” (p. 05).

Para finalizar as Oficinas costumávamos propor uma situação mais formal de Avaliação, mesmo está se fazendo presente em todo processo de aprendizagem. Utilizamos o método “Que Bom, Que Pena e Que Tal”, onde os educandos puderam trazer suas percepções dos momentos e práticas que gostaram que não gostasse e as sugestões para essas. Segundo Biazoti et. al. (2017) essa metodologia possibilitou a avaliação das atividades, processos e espaços de diálogos, incentivando o reconhecimento das qualidades, dos defeitos e das propostas para a melhoria. Além de permitir uma auto-avaliação.

Por unanimidade, dos educandos e educadores, as Oficinas Práticas foram o ponto positivo do estágio, eles afirmaram “*aprender melhor e mais*” desta maneira. Também destacaram a liberdade que tinham ao produzir a partir de seus conhecimentos. Puderam perceber os conteúdos programáticos não apenas das ciências da natureza, mais a ligação que este tem com

todas as outras ciências escolares e do cotidiano. Além de contextualizar o ensino com a cultura do campo, o projeto permitiu atuar como fonte de integração entre as disciplinas, através da interdisciplinaridade, na qual se faz um elemento pedagógico presente no PPCLedoC. Trazendo questões pertinentes ao local onde os alunos estão inseridos, valorizando o campo, a cultura, o local.

As metodologias participativas permitiram realizar este intercambio de conhecimentos, trazendo os saberes do campo para dentro das salas de aula e laboratórios da escola e promoveram essa compartilha de saberes. Como refere Chambers e Guijt.

O exercício de DRP no campo não é só para gerar informações ou ideias, mas também para uma análise e um aprendizado por parte da população local; implica dar forma ao processo de participação, discussão e comunicação, e resolução dos conflitos. Isto significa que o processo cresce e evolui com base nos elementos específicos do contexto local. (CHAMBRERS E GUIJT, 1995, p. 08).

Todas essas práticas permitiram cumprir com os princípios da Educação do Campo, quando propomos uma abertura dialógica entre os diversos territórios de aprendizagem dos educandos e os saberes ancestrais que carregam unidos aos conhecimentos científicos da Universidade.

Considerações finais

Historicamente a população do campo foi invisível às políticas públicas, as escolas do campo eram as últimas a receber benfeitorias e as primeiras a serem fechadas. Tivemos por um breve período no Brasil, um estado de bem-estar social, onde as portas das Universidades Públicas foram abertas para essa população. Nesse período construímos projetos e referenciais teóricos para nos manter em resistência nessa “nova era” de destruição.

Refletimos sobre esses referenciais juntos aos educandos, pois a Educação do Campo tem por objetivo formar cidadãos críticos e questionadores. Para isso, estratégias pedagógicas que permitam essa reflexão são desenvolvidas juntamente com os conteúdos historicamente construídos pela humanidade e potencializam a formação integral dos educandos.

Diante do nosso relato de experiência do estágio, pudemos concluir a importância da escola do campo, em integrar a sua cultura ao pedagógico, através da contextualização com ênfase na construção de uma identidade

cultural local. Acreditamos que os momentos destinados às oficinas nos possibilitaram a construção de uma identidade, voltada ao ensino-aprendizagem relacionado com o campo.

Agradecimentos e Apoios

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

BLAZOTI, A. ALMEIDA, N. TAVARES, P. **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília, 2ª ed. 2005.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In. KOLING, E. J. CERIOLI, P.; CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF, 2002.

CHAMBRERS, R., GUIJT, I. **DRP: depois de cinco anos, como estamos agora?** Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais. n. 26, março, 1995.

HENRIQUES, R. et al. (Orgs.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Ministério da Educação, SECADI, 2007.

LAVE, J. **Aprendizagem como/na prática**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015.

NASCIMENTO, C. G. A **Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO**. Dissertação de Mestrado (Educação). Campinas: FE/Unicamp, 2005.

PAVIANI, N. M^a S.; FONTANA, N. M^a. **Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência.** Conjectura, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009

PPCGLEdoC. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo,** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação Licenciatura em Educação do Campo – UFRGS. 2013.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, março, 2016.

VIEIRA, E; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?** 4. Ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2002.